

EXAMES MÉDICOS PERIÓDICOS SERVIDORES DA UFG



DASS
DIRETORIA DE
ATENÇÃO À
SAÚDE DO SERVIDOR

PROPESSOAS
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS



UFG
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS

1- Qual é a legislação que embasa os exames médicos periódicos do servidor público federal?

Artigo 206-A da Lei nº 8.112/90 e regulamentado pelo Decreto 6.856/09 e pela Portaria Normativa SRH nº 04, de 2009.

2- Quem deve passar por exames médicos periódicos de saúde?

Todos os servidores ativos regidos pela Lei nº 8.112/90, os servidores nomeados exclusivamente para o exercício de cargo em comissão.

3- Qual é a periodicidade dos exames?

Os exames serão semestrais, anuais ou bienais, conforme o risco ocupacional que o servidor estiver exposto no seu local de trabalho e a sua faixa etária.

4- O que compreendem os exames médicos periódicos?

O exame médico periódico compreende avaliação clínica, exames laboratoriais, de imagem e complementares designados conforme idade, sexo, função pública e o grau de exposição do servidor a fatores de riscos nos ambientes de trabalho, conforme Decreto nº 6.856/09.

5- Qual é o rol mínimo de exames preconizados para avaliar o estado de saúde?

Além da avaliação clínica, os exames laboratoriais aos quais os servidores deverão ser submetidos são:

- a) Hemograma completo;
- b) Glicemia;
- c) Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia – EAS);

- d) Creatinina;
- e) Colesterol total e triglicérides;
- f) AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética – TGO);
- g) ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica – TGP);
- h) Citologia oncótica (Papanicolau), para mulheres.

6- Servidores com mais de 45 anos de idade realizarão exame oftalmológico e servidores com mais de 50 farão:

- a) Pesquisa de sangue oculto nas fezes;
- b) Mamografia, para mulheres;
- c) PSA, para homens.

7- O servidor é obrigado a realizar os exames periódicos?

Não. Entretanto, todo servidor que não quiser se submeter ao exame deverá, expressamente, assinar termo de recusa, conforme Art. 12 do Decreto nº 6.856/09.

8- Pode o plano de saúde contratado ou conveniado pelo órgão exigir que o servidor submeta-se a algum exame?

Não. É proibido que planos de saúde contratados ou convênios exijam do servidor a execução de qualquer procedimento.

9- É possível realizar exames periódicos com profissionais e clínicas da escolha do servidor, fora da rede credenciada pela contratada ou conveniada pelos órgãos, e haver ressarcimento posteriormente?

Não. É vedada a modalidade de ressarcimento quando o objeto em questão for o exame periódico de saúde do servidor, conforme Portaria nº 6.856/09.

10- O que é o Atestado de Saúde Ocupacional – ASO?

Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) é o documento que atesta a condição de saúde do servidor quando este é submetido à avaliação laboratorial e clínica periódica, realizada pelo médico do trabalho. Trata-se da materialização do exame periódico, que pode constatar a aptidão do servidor para continuar exercendo suas atividades ou indicar sua inaptidão.

11- O Atestado de Saúde Ocupacional – ASO só pode ser emitido por médicos servidores públicos dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal?

Não. Os médicos contratados ou conveniados pelos órgãos ou entidades para executarem os exames periódicos de seus servidores também deverão emití-lo ao final da avaliação dos resultados laboratoriais e clínicos. O ASO é parte integrante e indissociável da avaliação periódica. Trata-se da conclusão do exame.

12- Onde devem ser guardados os dados gerados pelos exames periódicos dos servidores públicos federais, uma vez que são informações sigilosas?

No Siape Saúde, módulo de Exames Médicos Periódicos disponibilizados pela Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. O sistema informatizado armazenará todos os dados lançados no módulo por profissionais da rede própria, conveniada ou contratada.